



ESTADO DA
NAÇÃO 2024

“O ESTADO DA NAÇÃO É DE **RESILIÊNCIA, DE
COMPROMISSO E CONFIANÇA NO FUTURO.**”

GOVERNO DE
CABO VERDE
A TRABALHAR PARA TODOS.

CABO-VERDIANAS E CABO-VERDIANOS,

Juntos fizemos frente à mais grave crise económica e social desde a segunda guerra mundial provocada pela pandemia da COVID 19.

Juntos fizemos frente à escalada inflacionista provocada pela guerra na Ucrânia.

Graças às medidas atempadas e assertivas do governo, salvamos o país do colapso sanitário, social e económico.

Protegemos as pessoas nos momentos mais difíceis em que a pandemia da COVID 19 matava, destruía economias e aumentava o desemprego e a pobreza a nível mundial.



RECUPERAMOS E RELANÇAMOS A ECONOMIA.

Segundo o FMI, “Cabo Verde continua a demonstrar uma boa recuperação dos recentes choques. As autoridades alcançaram a estabilidade macroeconómica e financeira, e continuam empenhadas em cumprir os objetivos dos programas. Em 2023, o desempenho macroeconómico foi robusto, e apresentou um crescimento de 5,1 por cento, baixo nível de inflação, e um nível prudente de reservas internacionais para proteção da paridade. O rácio da dívida pública em relação ao PIB continua numa trajetória descendente, refletindo o alto índice de crescimento e um excedente orçamental primário inédito em 2023 (2% do PIB)”.



O TURISMO CONTINUARÁ A CRESCER.

Atingimos pela primeira vez em Cabo Verde, mais de um milhão de turistas em 2023.

Há aumento da procura destino Cabo Verde e um aumento da procura de Cabo Verde para investimentos.

A entrada de companhias *low cost* em voos para Cabo Verde irá aumentar o fluxo de turistas. É o que irá acontecer com as operações da *Easyjet* programadas para a partir de Outubro.

O turismo no Sal e na Boavista irá continuar a crescer, particularmente a Boavista com expansão e iluminação da pista e a modernização dos serviços do aeroporto.

A ilha do Maio será o próximo destino turístico de referência com o projeto *Little Africa*.



São Vicente já se posiciona como destino turístico e irá acelerar com a conclusão do terminal de cruzeiros e com a conclusão de hotéis em construção.

A expansão e adaptação do porto marítimo do Porto Novo para acolher navios de cruzeiros irá colocar Santo Antão no segmento do turismo de cruzeiros. O financiamento está garantido no quadro da Global Gateway da UE.

A cidade da Praia irá ser dotada de um Centro de Convenções para posicionar a capital do país de forma competitiva no turismo de conferências, feiras e eventos culturais. O projeto está na fase de finalização.

O património mundial da humanidade, Cidade Velha, tem sido objeto de investimentos. Estamos a trabalhar para colocar Cidade Velha como local de especial interesse do turismo afro-americano.



Os investimentos que realizamos na requalificação urbana e ambiental de S. Filipe, os investimentos em fase de conclusão na modernização do aeródromo de S. Filipe e na requalificação e de Chã das Caldeiras, valorizam Fogo como destino turístico.

Os investimentos que realizamos e estamos a realizar, em todos os concelhos do país, na requalificação e urbana e ambiental, desencravamento de localidades, restauro e reabilitação de património, valorização de orlas marítimas e valorização das aldeias rurais, destinam-se a tornar as cidades, vilas e aldeias lugares atrativas para o turismo.



AUMENTAR O POTENCIAL DE CRESCIMENTO ECONÓMICO E A RESILIÊNCIA.

Temos o desafio de duplicar o potencial de crescimento económico com uma economia mais diversificada. Este é o desafio que todos os países africanos enfrentam.

Estabilidade macroeconómica, boa governança das instituições públicas, qualificação e produtividade dos recursos humanos, transformação digital, transição energética e da água, conectividades, competitividade fiscal, financiamento, empoderamento do setor privado nacional e atração do Investimento Direto Estrangeiro são fatores críticos condicionantes do crescimento económico em relação aos quais temos estado a investir e vamos reforçar as reformas e os investimentos.



Estamos a investir na transição digital e na economia digital como aceleradores para a melhoria da eficiência dos serviços da administração pública, melhoria do ambiente de negócios, fomento do empreendedorismo jovem, criação de empregos bem remunerados e posicionamento de Cabo Verde como uma plataforma digital em África.

O parque tecnológico da Praia já tem sediado empresas que exportam serviços para mercados europeus. O parque tecnológico de S. Vicente terá dinâmica semelhante.

Estamos apostados em tornar internet um bem de acesso massificado a baixo custo. Isto vai acontecer!



Estamos a investir na economia azul.

É nosso compromisso gerir de forma sustentável os recursos oceânicos e costeiros e promover o desenvolvimento sustentável dos recursos marinhos. Um conjunto de iniciativas têm sido desenvolvidas nesse sentido numa perspetiva necessariamente de longo prazo.

É nosso compromisso posicionar Cabo Verde como um centro de desenvolvimento de competências no domínio da economia azul através da formação técnica e profissional, I&D e ensino superior.

A criação da Universidade Técnica do Atlântico, da Escola do Mar e do Instituto do Mar vão nesse sentido.



É nosso compromisso posicionar Cabo Verde como uma plataforma logística e marítima na atividade portuária, reparação naval, produção de energia limpa, pesca, aquacultura, biotecnologia azul, turismo e eventos náuticos internacionais.

A expansão do Porto Grande de Mindelo para operações de *transhipment*, a reabilitação e modernização da CABNAVE garantidas no pacote Global Gateway, a concessão dos portos, os investimentos em infraestruturas de pescas e a criação incentivos para investimentos privados vão nesse sentido.

Estamos a investir forte em dois dos fatores que mais expõem o país a choques externos económicos e climáticos e condicionam o aumento do potencial de crescimento económico: energia e água.

Em 2026, Cabo Verde atingirá a meta de mais de 30% de eletricidade produzida através de energias renováveis; em 2030 mais de 50%; e em 2040 cerca de 100%.



O objetivo é produzir energia menos dependente da importação de combustíveis, reduzir a fatura energética do país, das famílias e das empresas e reduzir as emissões de carbono.

Por razões de adaptação às mudanças climáticas, a nossa opção é:

- ➊ Diversificar as fontes de água para agricultura e pecuária através da dessalinização da água do mar, da reutilização segura de águas residuais e de outras tecnologias disponíveis;
- ➋ Aumentar a eficiência hídrica através (1) da massificação do nexo entre a produção e a distribuição da água e as energias renováveis; (2) da massificação da regagota a gota; e (3) da boa governança da água.



Investimentos na dessalinização de água para a agricultura estão em execução em São Domingos, Santa Cruz e no Maio. Deverão arrancar também em Boa Vista, em S. Vicente e no Porto Novo. São investimentos para continuar e expandir.

Entre 2016 a 2023 foram instalados 49 parques solares associados à bombagem da água, juntando aos 16 instalados antes de 2016. Faz parte do acordo de conversão da dívida celebrado com Portugal um montante para atingirmos 100% dos sistemas de bombagem de água com energia renovável.

A subvenção aos agricultores permitiu um aumento da taxa de penetração de regagota a gota de 27% em 2015 para 56% em 2024. A meta é atingir 67% em 2026 e 100% em 2030.



Incentivos criados recentemente para o cultivo protegido irão permitir aumentar substancialmente a produção através de estufas agrícolas menos exigentes em água.

A reabilitação e ordenamento de bacias hidrográficas em execução, em S. João Batista de Ribeira Grande de Santiago, é um outro grande projeto com impacto transformador na agricultura.

A estratégia da água para as restantes atividades económicas é idêntica: dessalinização, reutilização de águas residuais tratadas, reforço do nexo água/energia renovável e eficiência hídrica.

Estamos também a trabalhar no presente para acautelar o futuro através da ação climática e ambiental.



Por iniciativa do Governo e em parceria com Portugal, montamos um sistema inovador de transformação da dívida bilateral em financiamento climático e ambiental.

O Fundo Climático e Ambiental em aprovação no Parlamento é um instrumento importante para o financiamento da ação climática e ambiental, nomeadamente a transição energética, água e saneamento, conservação da biodiversidade e desenvolvimento da economia azul e da economia verde.

Em tempo oportuno dotámos o país de um Fundo Nacional de Emergência para fazer face às catástrofes naturais e aumentar a capacidade operacional do país.



Este Fundo tem sido útil para responder a situações declaradas como calamidades, como aconteceu em S. Filipe, Santa Catarina do Fogo e na Brava, derivadas dos estragos provocados pelas chuvas de Setembro do ano passado.

É o caso também da recente declaração de calamidade em Achada Espinho Branco, no concelho de São Miguel, derivada de um incêndio de grandes proporções que destruiu as habitações de nove famílias da comunidade dos “Rabelados”.

Dotamos o país de um Fundo Soberano de Emergência criado com a finalidade de financiar ações de reparação de danos provocados por catástrofes naturais e ambientais e programas para mitigar os efeitos dos choques económicos externos na economia nacional, incluindo os de natureza financeira, energética, cambial e de preços.



Os transportes, conectividades e mobilidade são outros fatores condicionantes da economia das ilhas.

Em 2016 a TACV estava em situação de pré-liquidação e sem condições operacionais.

Hoje e, apesar da grave crise provocada pela pandemia da COVID 19, temos a TACV com retoma de voos internacionais e com perspetivas de novas rotas.

Apesar dos processos que envolveram a BINTER e a BESTFLY, as operações de ligações aéreas inter-ilhas não tiveram descontinuidade.

O Governo aprovou recentemente a criação de uma empresa de capitais públicos para assegurar os transportes aéreos inter-ilhas. Três aviões estão a operar atualmente através da TACV.



A chegada em breve do avião afeto à Guarda Costeira para patrulhamento da zona marítima, busca e salvamento e evacuação médica, vai permitir libertar os aviões comerciais da realização de operações de evacuação médica que muitas vezes condicionam a normal programação dos voos.

Com a estabilização dos transportes aéreos inter-ilhas, o Regime de Obrigação de Serviço Público irá ser implementado para fixar rotas e frequências mínimas que o operador deverá cumprir mediante contrato.

Aprovamos no Conselho de Ministros um novo regime de preços com descontos de 40% em percursos de/para as ilhas com mercado interno diminuto: Maio, S. Nicolau e Brava. Nas ligações para a Brava, consideram-se os voos até Fogo ou partir do Fogo que deverão ser seguidas das ligações marítimas.



Como resultados da concessão de serviço público de transportes marítimos inter-ilhas, aumentaram as frequências, o número de passageiros e cargas transportados regularidade e a previsibilidade das ligações.

O objetivo é melhorar, considerando o papel estratégico dos transportes marítimos na unificação do mercado nacional, particularmente a circulação de pessoas, bens e mercadorias.

Em curso, o processo de investimento para o reforço da frota e aumento da oferta com a aquisição de dois novos barcos.

Com financiamento garantido pelo Banco Mundial e pela ENAPOR, iremos ter a construção de gares marítimas nos portos da Praia, do Sal, da Boavista, de Tarrafal de S. Nicolau e do Maio para melhorar a comodidade, segurança e qualidade da oferta da serviço de transportes marítimos inter-ilhas.



ESTE É O GOVERNO QUE MAIS INVESTE NA PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL.

60% da população cabo-verdiana protegida por, pelo menos, uma prestação de proteção social.

Mais de 9.200 pessoas mais pobres beneficiadas com o RSI em 2024, quatro vezes mais do que em 2023, graças à criação do Fundo Mais.

48% das crianças de 0 aos 14 anos beneficiárias por pelo menos uma prestação social.

95 mil estudantes beneficiados com cantinas escolares, 30 mil com kits escolares, 7.640 com transporte escolar e 300 com residências estudantis, através do Programa de Ação Social Escolar.



Mais de 95 mil estudantes do Ensino Básico e Secundário beneficiados com a gratuitidade de inscrição e pagamento de propinas.

3.676 jovens beneficiados com bolsas de estudos.

77% da população idosa coberta por uma prestação de proteção social.

Cerca de 26.000 idosos com pensão do regime não contributivo.

26 mil idosos beneficiam de acesso a medicamentos em farmácias privadas.

368 mil pessoas beneficiadas com isenção da taxa moderadora de saúde (em 2023).



3.600 famílias mais pobres beneficiadas com reabilitação de casas em todos os concelhos no período 2016/2021 através do PRR.A.

750 casas em reabilitação, em 22 bairros da cidade da Praia.

1.674 casas sociais construídas, em construção ou em processo concursal.

6.632 jovens casais beneficiados com bonificação de até 50% de juros de crédito à habitação no período 2019 a 2023



Mais famílias passaram a ter acesso a água domiciliária com ligação à rede e a beneficiar do aumento da quantidade de água por pessoa: 74% dos agregados familiares em 2022, em comparação com os 64% em 2015. Com os investimentos em curso e previstos, projeta-se o aumento desta taxa para valores próximos dos 88%. A quantidade média diária de água para cada pessoa que em 2015 era de 38 litros, aumentou para 94 litros.

Mais famílias passaram a ter as suas casas com ligação a fossas sépticas e a redes de esgotos: 88% (com a meta de 90% para 2026).

Mais famílias passaram a ter acesso à eletricidade: 94,5% (com a meta de 100% em 2026).

Mais famílias passaram a ter o uso de gás na cozinha, atingindo 81% dos agregados familiares.



Milhares de famílias beneficiam de tarifa social de água e eletricidade, com desconto de 50% sobre a valor da fatura.

Estes números que atingem a vida das pessoas, resultam de políticas e de investimentos do Governo:

- Criação do Rendimento Social de Inclusão e do Programa de Inclusão Produtiva.
- Aumento do valor da pensão social e do nº de beneficiários.
- Criação do Plano Nacional de Cuidados dirigidos a crianças, idosos e pessoas com deficiência.
- Acesso inclusivo à educação e reforço da ação social escolar.



- 👉 Investimentos em reabilitação casas, em realojamentos e em construção de casas sociais.
- 👉 Investimentos em produção e distribuição da água e eletricidade.
- 👉 Disponibilização às famílias mais pobres de acesso a água, eletricidade e casas de banho através de investimentos do Governo em parceria com as Câmaras Municipais.
- 👉 Redução de encargos das famílias com educação, saúde, água e eletricidade através da gratuitidade do acesso e frequência do ensino básico e secundário, da isenção da taxa moderadora de saúde, da taxa social de água e eletricidade e da redução do IVA sobre eletricidade e agua de 15 para 8%.



Sabemos que ainda existem problemas que afetam a vida das pessoas como o desemprego e a pobreza.

Temos feito progressos.



O DESEMPREGO BAIXOU.

Redução de 15% em 2016 para 10,3% em 2023, próximo de um dígito, meta fixada pelo Governo.

O desemprego jovem reduziu de 41% em 2016 para 24%, próximo da meta de 20%.

Há muitos jovens a aproveitarem as oportunidades dos programas de formação e empreendedorismo.



Muito mais investimento em formação profissional e no empreendedorismo, tem tido como resultado mais criação de empresas por parte dos jovens e mais inscrição de empresas do regime REMPE no INPS, que passou de 121 para 14 mil.

O empreendedorismo vai ser reforçado com o “Banco Digital Jovem e Mulher” e um novo pacote de formação profissional com reforço de kits para o primeiro emprego.



A POBREZA BAIXOU.

A pobreza global reduziu de 35% em 2015 para 28% em 2022, alinhada com a meta de 20%.

A pobreza extrema reduziu de 22,6% em 2015 para 11% em 2022, alinhada com a meta de erradicação da pobreza extrema.

Temos em implementação a Estratégia Nacional para a Erradicação da Pobreza Extrema.

Criamos o Fundo Mais, alimentado com participação nas receitas da taxa turística e outras contribuições, para financiar a erradicação da pobreza extrema e a redução da pobreza absoluta.

Cabo Verde vem registando ganhos na redução da prevalência de insegurança alimentar, da desnutrição e da anemia infantil, apesar dos contextos difíceis de secas e crises mundiais.



ESTAMOS A INVESTIR NA SAÚDE.

Há ganhos a nível da atenção primária e da atenção hospitalar. Temos o desafio de melhorar a qualidade das prestações dos serviços de saúde e de reduzir as assimetrias no acesso à saúde.

Cabo Verde regista taxa elevada de crianças completamente vacinadas, aumentando de 90,2% em 2015 para 104,7% em 2022.

Introduzimos no calendário vacinal, em 2021, a vacina contra o HPV - Papilomavírus Humano, com elevada cobertura. Em 2022 foram vacinadas 95% das meninas na faixa etária de 10 a 14 anos; em 2023, foi alargada a rapazes de 10 a 14 anos (71,2% vacinados); até o final de 2024, a meta é vacinar todas as meninas de 16 a 24 anos).



Cabo Verde foi declarado Livre da Pólio em novembro de 2016, e continua o processo de manter o estatuto, com uma cobertura vacinal contra a Pólio 3 de 95,7%.

Cabo Verde alcançou das maiores taxas de vacinação contra a COVID 19 em África.

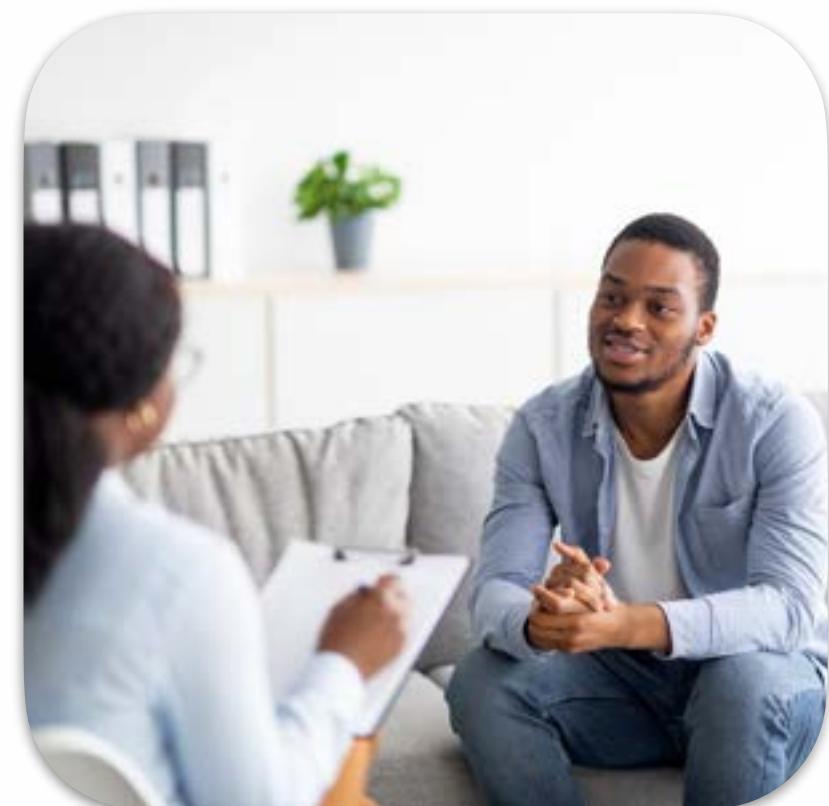
A certificação da eliminação da transmissão vertical da sífilis e VIH é uma prioridade estratégica.

A taxa de incidência de tuberculose e de hepatite tem reduzido.

Cabo Verde foi certificado como país livre de paludismo, um marco histórico com impacto positivo sobre a saúde, a qualidade de vida dos cabo-verdianos e a reputação externa do país.



2024 foi declarado ano da Saúde Mental e um conjunto de ações estão em curso para o alargamento e reforço da cobertura nacional psiquiátrica e da saúde mental na rede dos cuidados primários do país; intervenções psicológicas nas escolas; desenvolvimento do bem-estar nos locais de trabalho; promoção da reinserção social e de apoio psicológico às vítimas de violência VBG, abusos sexuais em crianças e adolescentes; prevenção à dependência química e ao suicídio; humanização e dignificação das respostas sociais; educação e sensibilização para o combate a estigmas associadas à saúde mental.



Nos hospitais centrais da Praia (HAN - Hospital Agostinho Neto) e de S. Vicente (HBS - Hospital Batista de Sousa), investimentos foram realizados na melhoria das condições técnicas e tecnológicas para implantação de pacemakers, diagnóstico e intervenção rápida para os acidentes vasculares cerebrais e transição digital para diagnóstico médico; investimentos na criação de Serviço de Cuidados Intensivos (HAN), reabilitação e equipamento do Laboratório de Análises Clínicas (HAN), reabilitação e equipamento do Banco de Urgência (HAN), instalação e equipamento de Serviço de Gastroenterologia (HAN); construção e equipamento de Centro de Diálise (HBS), requalificação, construção e equipamento do Centro de Terapia Ocupacional de Ribeira da Vinha em S. Vicente, construção do Centro Ambulatorial do HBS, construção da Nova Maternidade e Pediatria do HBS.



O HAN foi dotado de um novo Aparelho de Tomografia Computadorizada (TAC), estando o do HBS em fase de instalação. Em processo de aquisição, equipamento de ressonância magnética para o HAN.

Todos os centros de saúde e os hospitais regionais foram dotados de equipamento médico-hospitalar para análises clínicas, imagiologia, fisioterapia, estomatologia, ginecologia/obstetrícia

Foram construídos Centro de Saúde de Sta. Maria, Centro de Saúde de S. Lourenço dos Órgãos, Centro de Saúde da Assomada e Centro de Saúde de Cancelo. O Bloco Operatório da Boavista está em fase de conclusão.



Construção de novos Centros de Saúde estão em curso:

- ➡ Ribeira das Patas, em Santo Antão;
- ➡ Monte Sossego, em S. Vicente;
- ➡ Palmeira, no Sal;
- ➡ Nova Sintra, na Brava;
- ➡ Cidade Velha, em Santiago;
- ➡ Picos São Salvador do Mundo, em Santiago;
- ➡ Achada Monte, em S. Miguel, em Santiago;
- ➡ Santa Catarina, no Fogo.



HÁ MELHORIAS NOS INDICADORES DA EDUCAÇÃO.

Na Educação, registamos aumentos na taxa líquida de escolaridade e redução do abandono escolar no Ensino Básico (EB) e no Ensino Secundário (ES).

A taxa líquida de escolaridade do EB que em 2015 era de 92,5%, passou para 94,7% em 2023. No ES essa taxa passou de 52,7% para 59,5%.

O abandono escolar do EB que em 2015 era de 2,9% passou para 1,4% em 2023. No ES passou de 6,1% para 1,7%.



Temos uma educação mais inclusiva graças ao alargamento do ensino básico de 6 para 8 anos, obrigatório e gratuito; à gratuitidade de inscrição e frequência do ensino secundário até 12º ano; ao reforço da ação social escolar; à proteção da maternidade e paternidade; à gratuitidade a pessoas com deficiência, do Ensino Pre-Escolar ao Ensino Superior; à aprovação de princípios e normas que garantem a inclusão das crianças e jovens com Necessidades Educativas Especiais (NEE) e; ao Programa de Superação Educativa Técnico-Profissional de Jovens e Adultos que se encontram fora do sistema educativo.

A reforma curricular do Ensino Básico e do Ensino Secundário e o Sistema Nacional de Avaliação das Aprendizagens do Ensino Básico e Ensino Secundário, estão orientados para uma educação de qualidade.



A reforma curricular do Ensino Básico fortalece a aprendizagem da Língua Portuguesa, enquanto língua não maternal, a oferta de línguas estrangeiras a partir do 5.º ano de escolaridade; o ensino das TIC como área disciplinar, no 2º ciclo no ensino básico; o reforço da aprendizagem das ciências experimentais, das ciências sociais e humanas e o reforço da aprendizagem da matemática nas suas componentes teórica, prática e laboratorial; a garantia de uma educação cívica no processo educativo, promotora dos valores democráticos, éticos e humanistas, e do pensamento crítico, numa perspetiva universalista.



A reforma curricular do Ensino Secundário introduz a obrigatoriedade de ensino das línguas francesa e inglesa até ao 12.º ano, aprofunda conhecimentos e o desenvolvimento de capacidades linguísticas; reforça conhecimentos científicos, tecnológicas e instrumentais; alarga a Via Técnica para 10º, 11º e 12º anos; desenvolve capacidades de trabalho interdisciplinar e transdisciplinar, de pesquisa e análise, de domínio de técnicas de exposição e argumentação e capacidade de trabalhar cooperativamente e com autonomia.



A SEGURANÇA PÚBLICA TEM MELHORADO.

A segurança pública tem melhorado como registam os números da redução ocorrências criminais e de redução de homicídios: 11,7 homicídios por 100 mil habitantes em 2016 para 7,7 em 2023

Melhoramos as condições salariais e de qualificação dos profissionais de Segurança (Polícia Nacional, Polícia Judiciária e Pessoal de Segurança Prisional), reforçamos equipamentos, meios de atuação e de efetivos das forças de segurança e ações de prevenção criminal e de combate à violência e à criminalidade. Na gestão do sistema prisional, tem havido reforço dos meios e melhoria de condições das prisões e ações ativas de reinserção social de reclusos e ex-presos.



ESTAMOS A MELHORAR AS CONDIÇÕES SALARIAIS E AS CARREIRAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

Em contexto muito difícil:

- ➡ Aumentamos o salário mínimo nacional.
- ➡ Concedemos atualização salarial a funcionários da administração pública e a pensionistas do INPS.
- ➡ Regularizamos pendências laborais na Administração Pública.
- ➡ Implementamos um programa de regularização de vínculos precários na Administração Pública, estendida aos municípios.



Aprovamos o Plano de Carreiras, Funções e Remunerações do Regime Geral da Administração Pública com impacto em tabela salarial mais elevada do que o PCCS de 2013: aumento de 27% para o pessoal de apoio operacional, 11% para o pessoal assistente técnico e 8% para o pessoal técnico.

Para além destes efeitos da adequação dos níveis remuneratórios, aplica-se um incremento de 2.000\$00 em resultado do aumento de 3% do volume da massa salarial de 2023, concedido no OE 2024. São milhares de funcionários públicos beneficiados.

Estamos a implementar um sistema de gestão da Administração Pública muito melhor.



A Lei de Bases da Função Pública, de 2009 e o PCCS de 2013, produziram como resultados:

- 👉 A colocação em regime de precariedade do pessoal assistente técnico e de apoio operacional que não tinham qualificações académicas e que passaram a estar vinculados no regime de emprego precário mediante contrato de trabalho a termo.
- 👉 Elevada insatisfação de funcionários que se encontram a desempenhar funções técnicas permanentes com vínculo precário através de contrato individual de trabalho a termo, contratos de prestação de serviços e contratos de estágios com duração superior a 6 meses.



- ➡ Estagnação profissional de funcionários e eliminação da possibilidade de evolução nalgumas carreiras devido à divisão de funcionários entre aqueles que têm elevado nível de qualificação académica e são integrados no regime de carreira, com possibilidade de evolução profissional; e aqueles que não têm elevado nível de qualificação académica e, por isso, enquadrados no regime de emprego sem possibilidade de desenvolvimento profissional.

De 2005 a 2013, o OE foi congelando as promoções dos funcionários.

A não realização de reclassificações, progressões, promoções e o não pagamento de subsídios, provocaram elevados montantes que este governo tem estado a regularizar.



A Lei de Bases do Emprego Público e o Plano de Carreiras, Funções e Remunerações que este governo está a implementar, estabelece novos princípios e regras para uma estrutura das carreiras de forma coerente, justa e equilibrada:

- ➡ A gestão dos recursos humanos passa a estar centrada no conceito de função e não de cargo.
- ➡ A tabela única de remuneração harmoniza e hierarquiza as funções.
- ➡ A integração no regime de carreira passa a ser feita para todos aqueles que desempenhem funções permanentes na AP.



- 💡 O desenvolvimento na carreira passa a ser uma possibilidade quer para o pessoal com elevado nível de qualificação académica, quer para os sem elevado nível de qualificação académica.

Com a Lei de Bases do Emprego Público e o Plano de Carreiras, Funções e Remunerações clarificamos e caracterizamos melhor os regimes de vínculo na AP e garantimos maior estabilidade e motivação do pessoal.



Os Planos de Carreiras, Funções e Remunerações do Pessoal Docente, dos Médicos e Enfermeiros e os Estatutos dos Magistrados do Ministério Público e Judicial têm significativas melhorias das remunerações.

Como resultado das reformas em curso e com o suporte da transformação digital, pretendemos orientar a Administração Pública para a missão de serviço público com maior eficiência e produtividade e redobrado sentido de responsabilidade para com o país.



O ESTADO DA NAÇÃO É DE MAIS DESENVOLVIMENTO LOCAL.

Afetamos mais recursos para investimentos com impacto no desenvolvimento local:

60% do Fundo do Ambiente canalizado para o financiamento de projetos municipais para a requalificação ambiental: total de 3,6 milhões de contos no período 2017/2024.

50% do Fundo do Turismo canalizado para o financiamento de projetos municipais de regeneração, requalificação e reabilitação urbana e ambiental de cidades, vilas e aldeias: total de 5,3 milhões de contos no período 2017/2024.

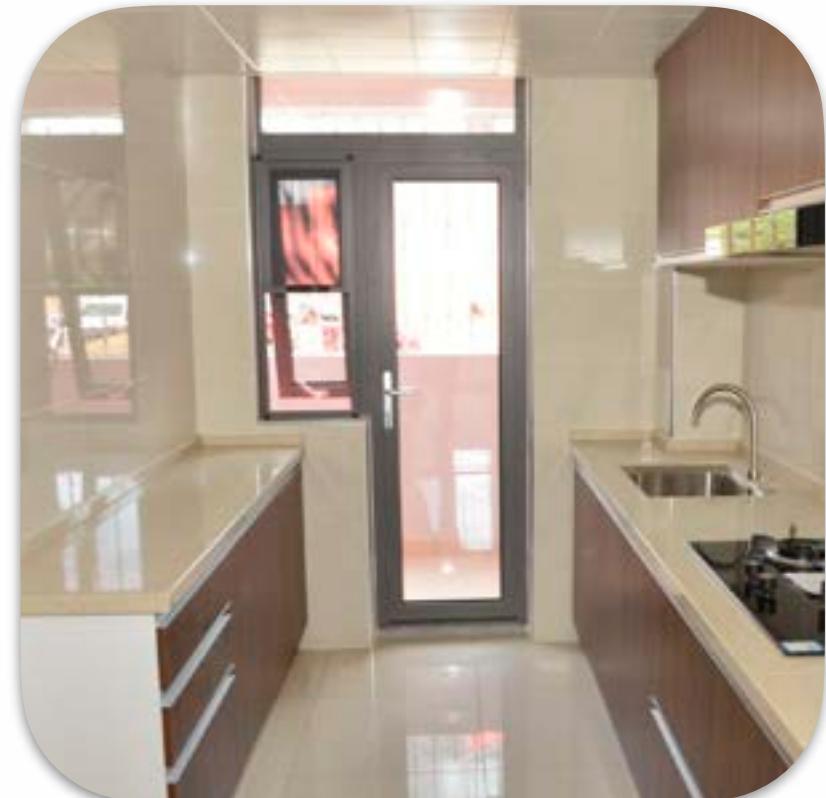


900 mil contos afetados para investimentos em valorização das aldeias rurais turísticas para o período 2022/2026.

1,2 milhões de contos investidos em contratos programas celebrados com as Câmaras Municipais no quadro do PRRA no período 2017/2021.

3.600 casas reabilitadas num investimento de 881 mil contos no período 2016/2021, em parceria com as Câmaras Municipais.

750 casas em reabilitação, em 22 bairros da cidade da Praia.



1.674 casas sociais construídas, em construção ou em processo concursal em diversos concelhos do país.

Fortes investimentos na produção e distribuição de água e no acesso às famílias à água potável, a sanitários e à evacuação de águas residuais em casa. Concelho como São Salvador do Mundo tinha, em 2016, 18% das famílias com água em casa. Hoje, saltou para 73%, graças aos investimentos realizados. Em São Lourenço dos Órgãos era de 50% em 2016. Saltou para 90%, graças aos investimentos realizados. Estes são alguns exemplos de muitas outras transformações registadas nos vários concelhos do país em matéria de acesso à água.

610 mil contos foram investidos, de 2017 a 2023, em contratos programas para inclusão e proteção social (acesso ao EPE, apoio integrado às famílias, reforço competências na inclusão social e cuidados a dependentes).



242 mil contos investidos, no período 2017/2023, em contratos programas com as câmaras municipais para a construção e reabilitação de infraestruturas desportivas municipais.

Tomámos medidas para o alívio fiscal dos municípios:

- ➊ Isenção dos municípios do pagamento de IVA que incide sobre investimentos municipais de interesse público com impacto na redução de custos de investimentos.
- ➋ Isenção dos municípios do pagamento da taxa ecológica.
- ➌ Isenção aos municípios do pagamento de impostos nas operações de financiamento através de emissão de obrigações municipais.



Realizamos reformas com a aprovação da Estratégia Nacional de Descentralização, a Política Nacional de Coesão Territorial, o Índice de Coesão Territorial, a Política Nacional do Ordenamento do Território e Urbanismo e a Lei que cria a Polícia Municipal.

Em curso estão a Lei de Bases do Orçamento Municipal; Novo Regime Financeiro dos Municípios; Novo Estatuto dos Municípios; Reforma dos impostos sobre o património com o Imposto Sobre a Propriedade de Imóveis e o Imposto Sobre a Transmissão de Imóveis; e Regime mais favorável para as ilhas com mercado diminuto como Maio, Brava e S. Nicolau.



CABO VERDE, PAÍS PRESTIGIADO.

Cabo Verde é um estado de direito democrático bem referenciado a nível internacional pela qualidade da sua democracia, estabilidade, baixos riscos políticos e reputacionais.

Cabo Verde é um país bem posicionado nos rankings internacionais e regionais de boa governança, liberdades políticas e civis, democracia e cidadania, percepção de corrupção e transparência, liberdade de imprensa e liberdade económica.

Cabo Verde lidera o Fórum dos Pequenos Estados no Banco Mundial e presidirá ao Conselho dos Governadores do Grupo Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional em 2025.



Cabo Verde liderou, em parceria com o Mónaco, a iniciativa visando a adoção da Declaração Internacional sobre os Direitos dos Oceanos.

Graças ao prestígio de país democrático, estável e com boa governança, Cabo Verde teve acesso a um terceiro compacto do Millenium Challenge Account dos EUA e a um pacote de 246 milhões de euros da Global Gateway da UE.

Temos mais quadros cabo-verdianos colocados em instituições internacionais como o Banco Mundial, o FMI, as Nações Unidas e a CEDEAO.

Cabo Verde é a sede do Centro Multimensional de Coordenação Marítima da Zona G, que integra ainda Gâmbia, Guiné-Bissau, Mali e Senegal.



A nossa diplomacia está mais presente em África com a criação e funcionamento de embaixadas junto da União Africana e da CEDEAO, abertura de embaixadas na Guiné Bissau e em Marrocos e elevação da representação diplomática em S. Tomé com embaixador residente.

Existe confiança em Cabo Verde de investidores privados nacionais e estrangeiros.

A nossa diáspora está cada vez mais engajada e comprometida com o desenvolvimento do país, não só ao nível das remessas, mas também de investimentos produtivos e de participação cidadã e profissional em áreas como a medicina, a academia e as tecnologias.



Cabo Verde está prestigiado no desporto, com bons desempenhos na copa do mundo de basquetebol, na copa do mundo de andebol, na CAN de futebol e na participação nos jogos olímpicos de Paris.

Cabo Verde destaca-se no concerto das nações a nível da cultura, particularmente da música.



CABO-VERDIANAS E CABO-VERDIANOS,

TEMOS RAZÕES PARA ESTARMOS CONFIANTES.

Juntos fizemos face à crise mais difícil das nossas vidas: a pandemia da COVID 19. Vencemos!

Juntos recuperamos a economia, voltamos a crescer com redução do desemprego e redução da pobreza.

Temos desafios a vencer como a erradicação da pobreza extrema, mais emprego bem remunerado para os jovens, maior resiliência face a choques externos e duplicação do potencial do crescimento económico.

Temos o desafio de manter a nossa democracia forte e prestigiada e protegê-la das ameaças do populismo, do extremismo e da massificação de *fake news* nas redes sociais.



Juntos vamos vencer estes desafios.

É Cabo Verde que está em causa.

Vamos completar no próximo ano, 50 anos de independência.

Mais do que avaliar o percurso do país, será o momento para a nação cabo-verdiana abraçar, com força e coesão os desafios do desenvolvimento sustentável com atitude vencedora.

Ulisses Correia e Silva

Primeiro Ministro

